

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## AS TROPAS DO GOVERNO PROVISÓRIO NA GUERRA CIVIL DE 1932: QUASE 90 ANOS DEPOIS, O QUE SABEMOS SOBRE ELAS?

Raimundo Helio Lopes

Doutor em História – CPDOC/FGV

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

raimundohelio@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar a formação das tropas que atuaram na defesa do Governo Provisório durante a Guerra Civil de 1932. Entendo esse evento, mais popularmente conhecido como “Revolução Constitucionalista”, como uma guerra civil, pois assim é possível interpretá-lo como um conflito que envolveu todo o país na defesa do Governo Provisório, o que é ainda pouco observado na historiografia. Diante da ação armada do mais forte estado da federação pela tomada do poder, o Governo Provisório teve que mobilizar uma enorme e heterogênea força militar para a sua defesa. A ampla mobilização de militares regulares, polícias estaduais e voluntários não ocorreu apenas no estado de São Paulo, tendo as demais unidades da federação contribuído com efetivos para combater, de armas na mão, aqueles que buscavam depor Getúlio Vargas.

**Palavras-chave:** Governo Provisório – Guerra Civil de 1932 – Revolução Constitucionalista

### *Introdução*

A guerra civil de 1932 foi o maior conflito armado brasileiro do século XX. A ampla maioria das análises sobre esse evento concentra seu olhar na atuação da elite paulista e de seus soldados. São muitas as obras, memoriais e historiográficas, que versam sobre a crise política iniciada com a nomeação de João Alberto para a interventoria de São Paulo, sobre a atuação dos voluntários paulistas no conflito, passando pela mobilização e esforços de guerra que ocorreram no estado. Nessa linha interpretativa, que privilegia a ação paulista, o conflito é entendido comumente como “Revolução Constitucionalista”, buscando vangloriar a ação de São Paulo na luta por seus ideais de autonomia e constitucionalização.

No entanto, já há trabalhos que apontam essa compreensão sobre a guerra como um enquadramento de memória, na qual discursos críticos aos articuladores do

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

movimento são obliterados (ABREU, 2010; RODRIGUES, 2009). Nesse processo, a ação daqueles que lutaram na defesa do Governo Provisório é diminuída ou caracterizada de modo, no mínimo, estereotipado. Grosso modo, em oposição à nobreza do estado bandeirante na luta por sua autonomia e constitucionalização, o restante do país aparece como algo homogêneo, manipulado pelos “tenentes” e que se enveredaram na luta por ideais pouco valorosos.

Entendo esse conflito como uma guerra civil, pois o país inteiro foi mobilizado para o combate, e não só o estado de São Paulo<sup>1</sup>. Para o Governo Provisório, era fundamental alimentar o front de batalhas com soldados, assim como, na retaguarda, legitimar o recém-instalado governo e mobilizar a população para evitar a ação de apoiadores do constitucionalismo imediato.

Analisar as tropas do Governo Provisório é contribuir para um entendimento mais global sobre a guerra civil, de modo a jogar luz, por um outro ângulo, nos conturbados primeiros anos de Getúlio Vargas no poder. O Governo Provisório formou suas tropas para guerra civil reconhecendo a estrutura financeira e militar do inimigo que o enfrentava com armas nas mãos. Para tal, o aparato bélico organizado mostrou-se heterogêneo e, ao mesmo tempo, superior ao adversário.

### ***Efetivos do Exército e polícias estaduais***

A composição militar dos soldados e oficiais dos exércitos varguistas foi semelhante a das tropas paulistas. Eles foram formados pelas forças regulares do Exército estacionadas em vários estados do país, pelas polícias estaduais – chamadas também de forças públicas ou brigadas militares – e por tropas constituídas a partir do alistamento de voluntários, estas igualmente conhecidas como forças irregulares ou batalhões provisórios. Na documentação essas forças aparecem muitas vezes misturas, sendo

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de guerra civil, escreve Humberto Gori (1998, 572), que ele se aplica quando “conduzida entre membros de um mesmo grupo organizado (cidadãos de um mesmo Estado)”. Héctor Luis Saint-Pierre (1997, 34) apresenta uma conceituação semelhante, contudo mais complexo: “A guerra pode ser empreendida dentro de um mesmo Estado por duas facções ou partidos que dividam o país e que disputem entre si o monopólio legítimo da violência para o mesmo território. Neste caso, o conflito bélico é chamado de ‘guerra civil’. Nela, a maioria das vezes se confrontam compatriotas com a mesma nacionalidade, cultura, língua, tradições etc.”

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

bastante comum os voluntários ingressarem naquelas outras duas, aumentando, ou completando, seu efetivo.

Diante da gravidade do conflito, foi uma determinação quase que óbvia a convocação de militares em serviço nas guarnições militares sediadas em todo o país fiéis ao Governo Provisório. Entre os militares de carreira, só compuseram as tropas paulistas aqueles sediados em São Paulo e em parte do Mato Grosso. Sobre este estado, o papel do general Bertoldo Klinger foi decisivo na conspiração militar contra o Governo Provisório. Antes do início da guerra civil, ele era o líder da Circunscrição Militar de Mato Grosso e sublevou-a tendo parte das tropas militares mato-grossenses lutado ao lado dos constitucionalistas, enquanto outras integraram os exércitos varguistas (McCANN, 2007, pp. 406-411; HILTON, 1982, pp. 88, 113, 122).

Mesmo com a grande parte do exército nacional ao lado do Governo Provisório, os interventores estaduais colocaram à disposição de Vargas as forças públicas estaduais desde as primeiras horas da guerra civil. Esse tipo de tropa participou efetivamente do conflito, tendo registro de forças policiais estaduais de pelo menos 16 estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (HILTON, 1982; LOPES, 2014).

É fácil entender o envolvimento desses sujeitos no conflito: militares de carreira, quer federais, quer estaduais, participaram da guerra por convocação de seus superiores, que recebiam ordens vindas de uma cadeia de comando encabeçada pelo Palácio do Catete e ramificada nas interventorias. No entanto, nos estados esse processo não ocorreu sem peculiaridades importantes, como, conflitos internos, desfiles públicos, aproximações com a imprensa, escolha de quantos partiriam e de quais ficavam nos estados. Uma guerra não se vence apenas no front: era necessário ficar atento à retaguarda, reforçando nos estados a vigilância sobre aqueles que se mostravam simpáticos ao constitucionalismo imediato e/ou faziam oposição ao interventor. Durante a guerra civil de 1932, a acusação de “favorável a São Paulo” foi, muitas vezes, pretexto para sufocar oposições locais em todo o país. Além disso, os militares efetivos que ficavam nos estados atuavam na organização e no treinamento das tropas em formação (LOPES, 2014; LOPES 2009).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## *Tropas voluntárias*

A força do empenho militar do Governo Provisório refletiu-se na verba federal destinada ao Exército no ano de 1932, que saltou de 13,3% do ano anterior para 25%, ou seja, um quarto de toda a distribuição orçamentária (CARVALHO, 2019, pp. 131-132). Parte considerável desses recursos foram para gastos logísticos, especialmente de transporte, fardamento e armamento. Tal verba também foi destinada para a formação de tropas provisórias ou irregulares, compostas por milhares de voluntários de todo o país que se apresentavam para o combate.

O alistamento de voluntários nos exércitos varguistas, mais do que enviar soldados ao front, tornou a Guerra Civil de 1932, efetivamente, um conflito nacional. Stanley Hilton cita, a partir da correspondência entre os interventores e Vargas, de modo panorâmico, a existência de tropas voluntárias nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Soma-se a elas os voluntários vindos dos estados do Norte: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (HILTON, 1982, pp. 171-175; LOPES, 2014). Ou seja, das 22 unidades federativas (20 estados, mais o Distrito Federal e o território federal do Acre), pelo menos 18 enviaram tropas voluntárias para a defesa do Governo Provisório.

No entanto, nos primeiros dias após a deflagração da guerra, a opção pelos voluntários não era uma determinação oficial do Governo Provisório nem tinha a simpatia dos maiores líderes militares nacionais. Ela só se confirmou e foi amplamente adotada em todo o país graças à autorização direta de Getúlio Vargas, a despeito do desagrado da cúpula militar de seu governo. Para tal, a necessidade de tropas por parte do governo e a pressão dos interventores estaduais pelo alistamento voluntário (HILTON, 1982, p. 174) foi determinante, principalmente daqueles da região “Norte” (LOPES, 2014).

A opção por tropas de voluntários para guerrear ao lado de forças militares regulares se deu por três motivos. Em primeiro lugar, deveu-se a necessidade patente de aumentar o efetivo militar, conforme orientava a cúpula militar. Em segundo, a formação de tropas voluntárias foi um instrumento eficiente para mobilizar diversos grupos sociais

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

para a defesa de Vargas, pois o alistamento envolvia processos de legitimação dos governos, central e estaduais, em oposição aos significados que São Paulo, em particular, e a Primeira República, em geral, representavam naquela conjuntura para os defensores do Governo Provisório. Por fim, a campanha do voluntariado também dificultava a ramificação do movimento paulista nos estados afastados do front, pois não era pequeno o número daqueles que, no mínimo, mostravam-se simpático ao movimento pela constitucionalização imediata (LOPES, 2014, pp. 202-208).

Uma comunicação oficial sintetiza de modo exemplar como se deu a formação dos exércitos varguistas:

Havendo chegado ao conhecimento das altas autoridades do país o boato de que se pretende convocar os reservistas com o fim de incorporá-los às forças em operações contra os sediciosos de São Paulo, cumpre a esta secretaria [do Palácio do Catete] declarar absolutamente inverídica semelhante notícia. O Governo Provisório sente-se forte e jamais cogitou de providência de tal natureza, destituída de qualquer fundamento e em flagrante desacordo com a espontaneidade com que, no Norte, no Centro e no Sul do país, se aprestam, para combater os rebeldes, numerosos contingentes, constituídos de forças do Exército, das polícias estaduais e de elementos de todas as classes, que acorrem aos quartéis, solicitando inclusão nas fileiras das tropas mobilizadas ou em organização. É precisamente para atender à insistência com que esses elementos, em grande número, solicitam lugar ao lado dos soldados dispostos à defesa intransigente do governo instituído pela revolução, que se resolveu, apenas, receber voluntários e, ainda assim, sob as condições de necessário selecionamento, de acordo com as suas aptidões militares.<sup>2</sup>

A opção do Governo Provisório pelo alistamento voluntário para o combate aos revoltosos paulistas era recurso militar, mas também, e talvez com mais força, político. Isso fica mais evidente quando se constata, como visto na comunicação oficial acima, que foram preteridos os reservistas, que também, vale registrar, tinham problemas de treinamento e formação (CASTRO, 2007; McCANN, 1982). Ao contrário do que afirma Hilton (1982, p. 171), a convocação obrigatória de reservistas não existiu, e os que

---

<sup>2</sup> Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1932.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ingressaram nas tropas do Governo Provisório o fizeram como voluntários, sendo a eles dada a preferência para o ingresso nas tropas irregulares em formação. Mesmo com inegável tensão, a opção pela incorporação de voluntários aos exércitos varguistas se manteve e foi se fortalecendo ao longo da guerra.

Além das verbas destinadas aos estados, via delegacias fiscais com autorização do ministério da Fazenda, foram expedidos decretos federais indultando “sorteados militares do crime de insubmissão” – inclusive aqueles que “se encontrem presos, sentenciados ou por sentenciar” – desde que “se apresentem pontos em defesa do poder constituído”, e licenciando, com “todas as vantagens dos seus cargos, (...) todos os funcionários federais que, em defesa do poder constituído, se incorporarem às forças em operações militares”<sup>3</sup>. Criando as mesmas facilidades, os interventores expediram determinações semelhantes.

O modo como os voluntários eram arregimentados nos estados se dava pela ação de cada interventor. A eles eram enviadas poucas diretrizes que limitassem suas ações nesse processo – como por exemplo, formarem grupos com quinhentos soldados para preencher os quadros de outros corpos (HILTON, 1982, p. 173), o que nem sempre foi seguido. O que marcou o alistamento de voluntários nos estados foi a ampla autonomia que os interventores tiveram nesse processo, sendo autorizados diretamente por Vargas a arregimentarem o maior número possível de soldados. Esse foi o tom durante toda a guerra civil: dando autonomia para a formação de tropas nos estados, Vargas arregimentava força para a defesa do seu governo e, ao mesmo tempo, contribuía para o estrangulamento de possíveis ações favoráveis a São Paulo pelo país, mostrando aos seus adversários força militar e política.

### *Números de combatentes*

A rigor, as tropas que partiam dos estados seguiam pelos navios do Lloyd ou de trem, neste caso especialmente aquelas vindas do Sul do país. O destino principal era a cidade do Rio de Janeiro, apesar de haver registro de algumas tropas que desembarcaram direto no front. Na capital federal, algumas forças passavam por curto treinamento por

---

<sup>3</sup> Ver, respectivamente, jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1932 e Gabinete Civil da Presidência da República. Arquivo Nacional. Série 17 – Ministérios. 17.11. Ministério da Viação e Obras Públicas. 12 de agosto de 1932.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não o terem realizado de modo adequado nos estados, e de lá partiam para as frentes de combate.

Os exércitos do Governo Provisório aturam em dois setores distintos. O primeiro, a chamada Frente Sul, foi comandada pelo general Valdomiro de Lima e combateu na fronteira de São Paulo com Paraná. O outro setor estava sob a responsabilidade do Destacamento do Exército do Leste, chefiado pelo general Góis Monteiro, o grande líder militar do Governo Provisório durante toda a guerra civil. Este setor foi a maior frente de combate de toda a guerra, atuando na fronteira do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, espalhando-se por toda essa região<sup>4</sup>.

Foram nessas frentes de combate que tomaram centenas, talvez milhares, de soldados. Entre os soldados de São Paulo, o número de mortos varia entre 600 e 800, a depender do autor (SANTOS e MOTA, 2010, p. 13). Entre os exércitos do Governo Provisório, o número de baixas jamais foi divulgado e a melhor informação sobre esse dado vem de McCann: “A estimativa do adido militar dos Estados Unidos foi de 1050 mortos e cerca de 3800 feridos nas forças federais” (McCANN, 2007, p. 422).

Feita essa exposição, cabe perguntar: qual o tamanho das tropas varguistas? Nelas, qual o peso que teve os voluntários? São duas perguntas que não possuem resposta simples.

Inicialmente, vale registrar que o tamanho dos exércitos de São Paulo não é consenso na historiografia: 30.000 (deste, entre 10 e 12 mil eram voluntários) para Marco Antonio Villa (2008, pp. 44 e 48); 35.000 (destes, 20.000 eram voluntários) para Stanley Hilton (1982, p. 104); 40.000 para Jeziel De Paula (1998, p. 172); 54.000 (sendo 40.000 voluntários) para Ilka Stern Cohen (2012, p. 21); e 70.000 para Frank McCann (2007, p. 421)<sup>5</sup>. Quanto aos exércitos varguistas, a discrepância entre os mesmos autores não é diferente: vai de 52.000 (HILTON, 1982, p. 121), passando por 55.000 (VILLA, 2008, p. 44), 80.000 (McCANN, 2007, p. 421) e 100.000 (COHEN, 2012, p. 21), até chegar a 120.000 (De PAULA, 1998, p. 172).

---

<sup>4</sup> Do Destacamento do Exército do Leste surgiram outros três: um liderado pelo coronel, depois general, João Francisco; o Destacamento de Cunha, comandado pelo capitão João Alberto e depois pelo capitão Nelson de Melo; e o Destacamento Manuel Rabelo, liderado pelo coronel de mesmo nome (HILTON, 1982, p. 113).

<sup>5</sup> Alguns autores registram que a mobilização de voluntários foi maior, mas considerei nos números acima apenas aqueles que, segundo os autores, atuaram no front de batalhas.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Como se observa, as tropas do Governo Provisório foram maiores do que as de São Paulo. Às vezes, muito maior, às vezes, nem tanto. Entre o conjunto de autores apresentados, a maior diferença é registrada por De Paula, 80.000 homens, enquanto a menor fica em 10.000 soldados para McCann.

Além disso, nenhum dos historiadores consultados registra números para os voluntários arregimentados pelo Governo Provisório. Apenas pesquisas mais detidas nos estados podem chegar a números mais precisos quanto a esse tipo de tropa. Consegui construir uma estimativa analisando de modo mais vertical as tropas nortistas que participaram da guerra civil. Computei ao total, de modo subestimado, diante das lacunas na documentação, 27.048 homens que saíram dos estados do Norte, sendo mais da metade voluntários (LOPES, 2014, pp. 225-229).

### ***Considerações finais***

Como se vê, há muito ainda a ser pesquisado sobre as tropas varguistas na guerra civil de 1932. A discrepância, na bibliografia, sobre os números de soldados impressiona, revelando que as trajetórias daqueles se bateram em armas pela defesa do Governo Provisório ainda carecem de olhares mais detidos. É necessário analisar de modo mais detido, por exemplo, as tensões e peculiaridades existentes nos estados de origem dessas tropas, assim como saber das articulações dos interventores com os próceres – civis e militares – do Governo Provisório para o envio de soldados, sem contar como, na dinâmica de cada estado, o envolvimento com a guerra civil alterou o cotidiano dos sujeitos, individuais e coletivos, que não foram para o front. Esses são simples exemplos dos desdobramentos que podem e devem surgir em novas pesquisas sobre a guerra civil a partir da ótica daqueles que lutaram contra São Paulo.

As palavras de Frank McCann (2007, 419-420) são inspiradoras nesse sentido:

Essa guerra civil gerou o mito de que ela foi responsável por impelir Vargas a reconstitucionalizar o país. Mas como vimos, ele já havia marcado eleições para a Assembleia Constituinte, e seu diário deixa claro que seus sentimentos privados coincidiam com os que ele expressava em público. Longe de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contribuir para o governo constitucional, a rebelião paulista acrescentou desnecessariamente mortes, despesas, confusão, traições e indisciplina a uma situação já farta de tudo isso; na verdade, provavelmente contribuiu mais para pavimentar o caminho para a ditadura cinco anos depois. O argumento de que a revolta forçou Vargas a cumprir sua promessa de providenciar uma convenção constitucional baseou-se na ideia de que ele era profundamente insincero e, se não fosse a pressão paulista, teria evitado formar a convenção. Como provar que ele estava ou não sendo sincero? A ausência de provas permitiu aos paulistas declarar que seu sacrifício não fora em vão. Mas a publicação, em 1995, do diário secreto de Getúlio deitou por terra esse argumento, pois agora sabemos o que ele estava dizendo a si mesmo naquela época. (...) O apressado retorno do país ao governo constitucional já estava a caminho, com data de eleição marcada para 3 de maio de 1933, quando a guerra começou. As reivindicações de autonomia estadual pelos paulistas haviam sido atendidas, inclusive com a transferência do comandante da região militar. Vargas observou que os paulistas haviam ficado tão satisfeitos com o governo do estado que ele nomeara que o haviam mantido por todo o período da revolta. (...) No mínimo, é hora de os historiadores reexaminarem a revolta paulista de 1932.

## *Referências bibliográficas*

- ABREU, Marcelo Santos de. **Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)**. Tese de doutorado em História Social: UFRJ, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. In. \_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.
- CASTRO, Celso. *A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil*. In. Gomes, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- COHEN. Ilka Stern. Quando perder é vencer. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 7, Número 82, 2012.
- De PAULA, Jeziel. **1932: Imagens construindo a história**. Campinas/Piracicaba: Editora da Unicamp/ Editora Unimep, 1998.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GORI, Humberto. *Guerra*. In. BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (orgs.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

HILTON, Stanley. **A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LOPES, Raimundo Helio. **Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)**. Dissertação de mestrado em História Social: UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Um vice-reinado na república do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a guerra de 1932**. Tese (Doutorado) – Cpdoc, FGV, Rio de Janeiro, 2014.

McCANN, Frank D.. *O serviço militar obrigatório*. In. McCANN, Frank D. **A Nação Armada – ensaios sobre a história do Exército brasileiro**. Editora Guararapes: Recife, 1982.

\_\_\_\_\_. **Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MISTRELLO, Lucas Palma. **Palavras de revolução e guerra: discursos da imprensa paulista em 1932**. Jundiaí: Paco, 2018. p. 171.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. **Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932**. Dissertação de mestrado em História Social da Amazônia: UFPA, 2012.

RODRIGUES, João Paulo. **Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2009.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Guerra e Guerra Revolucionária. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N° 8, 1997.

SANTOS, Marco Cabral dos e MOTA, André. **São Paulo 1932: memória, mito e identidade**. São Paulo: Alameda, 2010.

VILLA, Marco Antonio. **1932: Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.